



José Reis, director da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

Economia não é menino que se ponha no quarto escuro

O professor põe em causa a visão religiosa da economia que julga que, depois de castigada, volta a ter bom comportamento. Entende que as medidas de austeridade estão, isso sim, a desconstruir instituições de apoio à saúde, ao emprego e à educação, sem acrescentarem nada de novo. O futuro, acredita, tem de passar pelo desenvolvimento inclusivo, com políticas sociais a servir como “base, incentivo e acelerador da economia”. Defende que as universidades podem ajudar o País a sair da crise, generalizando a qualificação, funcionando como exemplo de correcta utilização de recursos, e promovendo reflexões plurais e independentes sobre a sociedade.

Textos: Daniela Franco Sousa Fotos: Ricardo Graça

Os sacrifícios pedidos aos portugueses vão resolver a crise?

Acho que não. Os sacrifícios pedidos têm um efeito recessivo enorme, como já estamos a ver. E não vamos fazer o que mais precisávamos, que é gerar riqueza e desenvolver a economia. Além disso, no centro de todas as medidas está a contração salarial e a alteração das regras fundamentais sobre as quais se tem baseado a relação laboral. Assim sendo, estamos a desfazer um mecanismo fundamental da economia. Há muita gente que tem a ideia de que um salário é um custo. Um salário é um custo, com efeito, mas é também um rendimento redistribuído e a base sobre a qual se desencadeiam mecanismos eco-

nómicos positivos, associados à procura, associados à criação de mercado por parte das empresas. E, portanto, quando temos uma austeridade violenta que está a aniquilar a economia, dificilmente podemos ter uma solução. E é isso que vemos na Grécia, por exemplo.

Algumas medidas anunciadas violam a constitucionalidade ou apenas o bom-senso?

As duas coisas. Os constitucionalistas utilizam o conceito de evolução reaccionária, ou seja, andar para trás do ponto de vista do que está consolidado em termos de direito, de expectativas, de regras de funcionamento da sociedade. E a nossa Constituição, como a gene-

ralidade do pensamento constitucionalista moderno, proíbe essa evolução reaccionária. Ora, o que passa como o 13.º mês, o subsídio de férias, é a violação de uma convenção que tínhamos como sólida, de que ninguém pode ser surpreendido inopinadamente e de forma violenta sobre os seus rendimentos salariais. Parece-me uma violação. Mas, mais do que saber se é ou não violação, tenho assente que estamos a desconstruir a sociedade, e as relações entre sociedade e economia, sem lhe pôr nada de novo, o que é muito grave. Defendo, isso sim, que há um problema estrutural na economia portuguesa, que tem a ver com a Europa, com o euro, e tudo o que tem a ver

com as relações entre centro e periferias da União Europeia.

Mas há quem só responsabilize os portugueses.

É uma visão muito popularizada, que vende tão bem como baldes de plástico na feira que é a televisão. A visão de que todos nós - País, políticos, famílias - nos portámos mal e andámos a gastar acima das nossas possibilidades, atirando responsabilidades para as gerações futuras, para nosso proveito e gáudio. Isso é de uma grande falta de rigor. Até à crise, a dívida pública portuguesa era perfeitamente razoável e havia países europeus com dívidas públicas mais elevadas. As famílias portuguesas

eram das que mais cumpriam no pagamento dos seus créditos - que serviam para comprar casa-, e a economia portuguesa, apesar das suas dificuldades estruturais, recuperou. Mas, apesar disso, há quem ache que nos portámos mal, que pecámos. Há uma visão religiosa da economia e da sociedade: quem se porta mal é-lhe apontado a dedo e leva castigo. E, já que nos portámos mal, não importa levar tudo ao ponto mais baixo: a economia não cresce, os salários diminuem, as empresas que se aguentem, o desemprego que aumente. O pensamento de alguns é que assim vamos pôr isto são, ficando a pureza de novo estabelecida, a virtude de novo a funcionar, e a economia

As empresas são vítimas de jogos especulativos

Eduardo Nogueira, economista, Alcobça

Como podemos evitar as crises cíclicas geradas a partir de factores virtuais como a bolsa?

A forma que temos para evitar situações anómalas, independentemente de como as qualificamos, tal como a que agora atravessamos, é impedir que um único mecanismo social ocupe a totalidade da nossa vida. Estamos numa situação de crise porque tudo foi entregue aos mercados, o financiamento do Estado, de serviços públicos e de objectivos colectivos. E as sociedades mais saudáveis são aquelas onde há mercado, que ocupa a sua devida posição, mas em conjugação com outros mecanismos, tais como a intervenção do Estado, das empresas, das comunidades territoriais, das redes de solidariedade ou de iniciativa. Precisamos de regressar à economia mista, que prevaleceu nas fases mais significativas de progresso social e económico do século XX e que, com esta lógica de liberalização e de entregar tudo aos mercados, se perdeu e originou situações especulativas, com predomínio da esfera financeira sobre a economia real. De tal forma, que hoje o sucesso de uma empresa capaz e inovadora está menos dependente da sua capacidade de inovar, de se organizar, produzir, vender, e muito mais dependente de jogos especulativos de que é vítima.

Luís Távora, director da ESTG
De que forma a actual conjuntura económico-financeira, e a subjacente realidade social, de muitos estados da Europa, e mesmo dos EUA, se tem reflectido no pensamento económico dos académicos, na formação das ciências económicas e sociais e na realidade dos recém-diplomados?

A ciência económica percorreu caminhos muito errados com algumas teorias com pouca fundamentação e pouca consciência da realidade, e foi responsável por crises, como é exemplo a teoria dos mercados óptimos, segundo a qual os mercados conseguem repor situações de normalidade mesmo quando surge alguma turbulência. A crise fez justiça a posições críticas. Há que formar os estudantes não de ideias ortodoxas, desligadas da realidade, mas imbuídas de um pensamento culto, com a ideia de que há sempre várias alternativas. ■

estoma o seu caminho. Esta ideia não tem nada de pensamento económico. Acredita que a economia é um menino que se põe no quarto escuro, que a seguir vem de lá arrependido, passando a comportar-se bem. A economia não é assim. É um sistema de inter-relações que demorou muito tempo a construir. Demorou tempo até que o capitalismo, um sistema inicialmente violento, se tornasse num sistema relativamente progressista e inclusivo, respeitador das pessoas, com políticas e instituições ligadas à saúde, à educação, ao emprego. E hoje estamos a desconstruir isso.

O Governo tinha outras opções que pudesse apresentar no Orçamento de Estado?

Creio que sim. Em vez de fazer a contracção sobre um único tipo de rendimento, sobre os rendimentos salariais dos funcionários públicos, o Governo poderia tê-lo feito sobre o conjunto dos rendimentos, ou seja, do capital, das mais-valias, das empresas, etc. E, por isso, gente insuspeita, que não costuma falar nestes termos, vem agora falar de iniquidade, de injustiça e dos efeitos nocivos. O Governo tem a sua culpa, mas é também uma espécie de entidade menor face ao que a Europa é e naquilo em que se transformou. A Comissão Europeia saiu de circulação, não tem o menor poder, não abre a boca e, quando o faz, é para se tornar numa instância de ultraliberalismo, quando foi construída como projecto político de coesão, de integração económica assente em mecanismos de várias naturezas: mercado, acção pública, acção das comunidades territoriais, das empresas, etc. Estamos num momento em que todos

A moeda única foi um erro?

Foi um erro nos moldes em que foi instituída. Tinha de haver integração orçamental, fiscal e de políticas sociais. Se assim fosse, o euro podia ser muito virtuoso e os problemas que estamos a assistir nas periferias europeias podiam ser superados, tal como acontece nos Estados Unidos. Mas para isso pre-

“As lideranças europeias são pequenas, mediócras, cegas”

No livro *Portugal e a Europa em Crise* afirma que se instituiu “uma liberticida economia do medo”. Precisamos de uma nova revolução?

As revoluções fazem-se de um dia para o outro, quando não há outro caminho, ou fazem-se também por uma evolução social, que assegura a mudança de uma situação que não é boa para outra melhor. Em Portugal foi tão importante a Revolução de 25 de Abril quanto a revolução que depois ocorreu do ponto de vista das ideias, das instituições, das relações sociais, que se traduziu na Constituição, nas políticas económicas e sociais. Estamos a assistir a uma involução terrível, ao desfazer mecanismos que relacionam economia e sociedade. Estamos a assistir a uma revolução negativa. Precisamos de inverter isso pela inclusão.

Preconiza esse desenvolvimento inclusivo também no seu último livro. Um futuro de mais inclusão, solidariedade e valorização humana não é utópico?

Não é utópico. Vejo-o a acontecer contemporaneamente, no Brasil, por exemplo. O Brasil é uma economia extraordinária, país sobre o qual se dizia há muitas décadas que iria ser um grande poder económico. E está a sê-lo agora porque, ao contrário da Europa, houve um político chamado Lula da Silva que percebeu que as políticas sociais são uma base, um incentivo e um acelerador da economia. O Brasil faz isto e há-de ser assim também na Índia e na China. Falamos por isso de grande parte da Humanidade. Resta saber se a Europa tem capacidade para o fazer. Acredito muito nas ideias políticas, apesar de não ter hoje grandes razões para o fundamentar, porque as lideranças europeias são pequenas, mediócras, cegas. ■

Há estudantes a passar necessidades

As dificuldades económicas vão impedir famílias de mandar jovens para o ensino superior?

Vão. Sei como em tempos o nível de rendimento das famílias constituía um obstáculo à formação das pessoas. Felizmente hoje, ao contrário de quando eu era miúdo, se alguém não puder levar o filho para prosseguir estudos isso é anómalo. Quando entrei no ensino superior, a Universidade de Coimbra tinha dez mil estudantes, agora tem mais de vinte mil. Todo o sistema de ensino superior não teria 100 mil e hoje tem mais de 300 mil estudantes.

Há estudantes a passar necessidades?

Parece-me que sim, tenho relatos disso também nesta universidade. Nunca ninguém me bateu à porta por isso, mas acredito que o façam nos serviços sociais. Temos mecanismos de exclusão que estão a agir fortemente na sociedade portuguesa e temos de agir. Há visões muito estreitas de quem fica satisfeito com o salário mínimo nacional a pouco mais de 400 euros. Não está a ser muito inteligente.

Como é que a Faculdade de Economia tem lidado com a crise?

Apesar das dificuldades, o ensino superior tem sido um sector equi-

librado, onde não há buracos financeiros, orçamentais. Portanto, temos vivido com muita precaução, mas com a tranquilidade que resulta de termos uma situação equilibrada. A Faculdade de Economia, pela sua oferta de pós-graduação, conseguiu manter-se com uma situação confortável. Não tive de deixar de fazer algo essencial porque subitamente desapareceu o dinheiro. Não sei o que se passará no próximo ano, porque já verificámos que a Universidade de Coimbra terá uma alteração muito significativa, e o que é pedido às faculdades será diferente do que acontecia até aqui. A nossa posição será aí menos cómoda, mas vamos ver.

O relatório *Education at a Glance 2011*, da OCDE, mostra que Portugal tem uma das propinas mais caras da Europa, apesar de ser dos países onde a despesa por estudante é menor. Como se explica?

Pelo facto do investimento público no ensino superior ter vindo a diminuir. Tendo em conta estas condições de financiamento, tenho sempre defendido, como cidadão, que aceito a existência da propina, com a condição de que haja um esquema de acção social que não deixe de fora os mais carenciados, e que o pagamento da propina nunca atinja um valor que se

aproxime dos 15%. Houve momentos em que as propinas representaram cerca de 14% dos custos totais com o ensino superior. Elas foram subindo, e creio que não podem subir muito mais. Mas ainda as considero aceitáveis. A situação do ensino superior em Portugal ainda nos permite comparações aceitáveis com a Europa.

Como é que as universidades podem ajudar o País a sair da crise?

Primeiro, pela qualificação das pessoas, generalizando as competências e as qualificações. Um país será tanto melhor quanto melhores qualificações tiverem os seus cidadãos. A aposta na qualificação é essencial quer em momentos de crescimento quer em momentos de crise. Segundo, é preciso que as universidades se mantenham instituições exemplares, como têm sido, gerindo bem a sua condição de entidades públicas, sem buracos financeiros e com adequada utilização de recursos públicos e privados, incluindo as propinas pagas pelas famílias. A terceira forma é pela capacidade das universidades reflectirem sobre a sociedade, de forma independente. Precisamos de renovar o pensamento sobre as sociedades, com sentido do futuro, cumprindo uma função que vai além do ensino. ■

Cinéfilo e leitor compulsivo

A 10 de Agosto de 1954 nascia em Aldeia das Dez, Oliveira do Hospital, um homem “inquieto com o mundo”, capaz de olhar para a realidade pensando que “é sempre possível transformá-la para melhor”. José Reis licenciou-se em Economia e doutorou-se com a tese *Os espaços da indústria: a regulação económica e a mediação local numa sociedade semiperiférica*. É professor catedrático da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, que dirige, também investigador do Centro de Estudos Sociais e membro do Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável. Foi secretário de Estado do Ensino Superior [1999-2001] e presidente da Comissão de Coordenação da Região Centro [1996-1999]. Autor de inúmeros livros, lançou recentemente *Portugal e a Europa em Crise - Para Acabar com a Economia de Austeridade*. Os seus três filhos são o lado mais alegre de uma vida preenchida, que também ocupa com leitura compulsiva, cinema e viagens a cidades. ■